

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA DO CAMPO VALE DO TINGUÁ EM NOVA IGUAÇU, RJ.

Ingrid de Oliveira Guimarães¹

Resumo

Escola do campo é uma forma de assegurar o respeito às culturas locais. Constitui um espaço de valorização da história e da relevante função social do povo que vive na zona rural. Neste artigo poderá ser visto um exemplo de escola do campo, a Escola Vale do Tinguá no estado do Rio de Janeiro. Esse trabalho está em constante construção por fazer parte de uma pesquisa de monografia no curso de geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Assim, será traçado um perfil histórico e pedagógico da escola e do meio em que ela está inserida.

Palavras-chave: Educação, Campo, Geografia.

Introdução

A ideia de escrever sobre políticas públicas de educação ambiental na escola do campo surgiu de um *insight* durante algumas conversas com alguns professores do Instituto Multidisciplinar - UFRRJ e que desencadeou alguns questionamentos que ressaltarei mais para frente.

Antes de discutirmos o momento atual da educação do campo, precisamos voltar ao passado e analisar como se constituiu o processo educacional dentro do nosso país. Segundo Pereira (2017), nossa sociedade teve como origem o colonialismo e a escravidão, processos intensos que ocorreram por muitos séculos: com isso, carrega em sua história uma profunda desigualdade que ainda se encontra intrínseca em nosso cotidiano. Com a chegada os jesuítas no Brasil colônia, foram iniciados a propagação da fé católica e o trabalho de educar os índios, ensinando-os a ler e escrever na língua dos colonizadores, dando início a opressão por meio da educação. Como exemplo pode-se citar os primeiros colégios jesuíticos:

Nos colégios jesuíticos, os alunos aprendiam uma arte da memória que reatualizava as técnicas mnemônicas expostas na *Retórica para Herênio* e nos tratados de Cícero e Quintiliano. Não se tratava de mera memorização mecânica ou erudição passiva. A extraordinária ênfase posta na memória

¹ Graduanda em geografia pela UFRRJ-IM, email: ingridoliveirag@hotmail.com

visava a exercitar, pela repetição dos lugares comuns da erudição, a rapidez da invenção e da elocução, teorizada como "engenho" ou "perspicácia" (capacidade de penetrar nos assuntos, definindo, analisando e classificando os temas em tópicos por meio das 10 teorias aristotélicas) e "versatilidade" (capacidade de substituir e ornar cada definição assim obtida com tropos e figuras, como metáforas e alegorias agudas que evidenciavam aspectos ainda não conhecidos dos conceitos). (HANSEN, 2000, p.31).

Na educação de hoje não é/nunca foi diferente, pois sempre foi impresso em sua face a desigualdade de modo frio e dominador. A escola em si é um espaço homogeneizante que reproduz o que a classe dominante impõe como necessário e correto. Mas o que é o correto? Qual a real necessidade de determinados conteúdos para as crianças? O grande sentido das escolas hoje em dia, e de quem pensa essas escolas, é tornar os sujeitos em meros reprodutores de conhecimento, constituindo uma massa de manobra que adere ao pensamento colonial dominador. A escola se torna então um espaço subordinado da sociedade vigente.

Para BOURDIEU:

A partir dos estudos, Bourdieu acentua que no interior de uma sociedade de classes existem diferenças culturais e por sua vez as classes burguesas possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, forma de conduta, de valores, etc. Já as classes trabalhadoras possuem outras características culturais que lhes têm permitido sua manutenção enquanto classes. A escola, por sua vez, ignora estas diferenças sócio-culturais, selecionando e privilegiando em sua teoria e prática as manifestações e os valores culturais das classes dominantes. Com essa atitude, a escola favorece aquelas crianças e jovens que já dominam este aparato cultural. Desta forma a escola, para este sujeito, é considerada uma continuidade da família e da sua prática social, enquanto os filhos das classes trabalhadoras precisam assimilar a concepção de mundo dominante. (1975 apud STIVAL *et al.*, p.12003).

É nesse sentido que a busca por uma educação mais igualitária e justa cresce diante da forma engessada e pouco dinâmica das escolas tradicionais. A educação do campo surgiu rompendo com ideais que já foram muito utilizados para criar futuros "operários" (educação para formação de trabalhadores subordinados ao Capital, "treinamento" de mão-de-obra), tal como aconteceu durante muito tempo com a educação rural. Segundo CALDART (2004 apud ALENTEJANO, 2015, p.301): "a educação rural nega os valores e as práticas camponesas e busca preparar os trabalhadores rurais para a migração para as cidades ou a subordinação ao capital no campo."

Diante disso, venho ressaltar que o campo brasileiro não é homogêneo, ou seja, encontramos diversos grupos que possuem interesses diversos aos dos grandes proprietários,

grandes produtores do campo e especuladores financeiros dos produtos agrícolas (agronegócio), tais como: quilombolas, acampados e assentados da Reforma agrária, indígenas, agricultores familiares, além de organizações e movimentos sociais do campo diversos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimentos de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), além dos movimentos sindicais do campo, dentre outros. Assim, devemos imaginar qual tipo de processo educacional precisa ocorrer nesses locais onde residem esses sujeitos do campo que produzem sua sobrevivência e de seus familiares a partir do seu trabalho.

A educação do campo é uma educação especificamente pensada pelos sujeitos do campo e seus movimentos, considerando as diversidades e especificidades dos que moram lá e pensam juntamente com eles, numa relação horizontal e com uma intencionalidade emancipatória. Sem esquecer que educação do campo deve andar conjuntamente com a educação ambiental, de forma harmoniosa. Ela surge de forma crítica ao cotidiano dos trabalhadores rurais e com a relação que eles possuem com o meio em que vivem.

De acordo com o dicionário educação do campo:

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação. (CALDART, 2012, p.259).

Levantarei como hipótese, nesse projeto, se ocorre, de fato, políticas públicas da educação ambiental dentro da Escola Municipal Agroecológica Vale do Tinguá para que possamos analisar se há essa convergência com os princípios políticos e ideológicos da escola do campo e de qual realidade estamos partindo quando adotamos esse pressuposto.

Assim, nosso objeto de pesquisa nos concentrou a pensar a efetividade ou não de uma política de educação ambiental na Escola Municipal Vale do Tinguá, situada na zona rural no município de Nova Iguaçu, especificamente Área de Preservação ambiental do Tinguá, entre junho de 2017 e junho de 2018.

A partir do exposto, discutirei a ideia de educação como regulatória e emancipatória (MIGNOLO, 2004), pois o ambiente escolar tem o poder regular o pensamento crítico e filosófico dos discentes, assim como tem o poder de criar novos horizontes para eles, sendo uma arma muito importante e que para muitos se torna perigosa.

Aspecto inicial da pesquisa em educação do campo na escola Vale do Tinguá em Nova Iguaçu-RJ.

A iniciativa de querer pesquisar sobre a educação ambiental dentro de uma escola do campo, especificamente a Vale do Tinguá, veio pela necessidade de tentar entender como funciona essa relação educação do campo x educação ambiental dentro da escola inserida meio rural e com isso partir do pressuposto que elas devem andar unidas na formação escolar. Tornou-se ainda mais importante a partir do momento que soube que a escola já foi uma escola agroecológica alguns anos atrás e teve toda sua dinâmica voltada para a pedagogia da alternância.

Uma necessidade também é de chamar atenção e preencher algumas lacunas dentro da academia sobre o tema de educação do campo e a ambiental, pois elas ainda não são tão discutidas e nem muito vistas dentro do nosso curso de geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Instituto Multidisciplinar, sendo que há total relação dessa tríade, estabelecidas pela geografia, educação do campo e educação ambiental, no sentido de pesquisar quem não está sendo visto, quem está sendo apagado e diminuído. A geografia deve, antes de qualquer coisa, ser um meio de enunciação do campo (não só dele) fazendo uma relação entre política pública, movimento social e a formação escolar do indivíduo que sobrevive e mantém suas relações afetivas com seu lugar. Além de querer levantar alguns questionamentos como os explanados por SANTOS:

No desenvolvimento de nossas pesquisas de campo e bibliográficas, percebemos, entre outros fatores, as seguintes dificuldades no processo de implementação da educação do campo no Brasil: escolas do campo com falta de docentes e pessoal de apoio e o enorme descaso das diversas secretarias na organização de políticas públicas efetivas para a educação do campo (ANTUNES & MARTINS, 2009) (SANTOS *et al.* 2014, p.126)

E pensar sobre política pública de educação ambiental dentro de uma escola do campo é tornar visível, tanto para a comunidade que mora ao redor da escola e as comunidades que talvez não façam ideias de que existam escolas do campo e para o campo, que é possível ter outra forma de se ensinar, de transmitir o conhecimento, mas não somente isso, transmitir e receber conhecimento, existindo uma reciprocidade nessa interação.

Além disso, podemos questionar como a comunidade do entorno da escola se

relaciona com as questões da educação do campo, como exemplo ressalto a empresa Danone que instalou sua fábrica de água mineral dentro do Rebio do Tinguá que é uma unidade de conservação. Ou seja, uma área que deveria ser de total preservação da biodiversidade abriga uma fábrica, com isso se pode analisar até que ponto a natureza se torna recurso transformado em valor monetário.

O objetivo desta unidade é o de proteger a Mata Atlântica e os demais recursos naturais, com especial atenção para os recursos hídricos e também visa o desenvolvimento das pesquisas científicas e Educação Ambiental. A Rebio do Tinguá preserva em seu interior, um grande número de nascentes que formam as principais bacias hidrográficas do estado. A proteção da unidade é de vital importância para a conservação dos mananciais responsáveis pelo abastecimento de parte do Rio de Janeiro e de quase 80% da Baixada Fluminense, com benefício direto para a população que utiliza este recurso. (Retirado da Biblioteca Virtual do Meio Ambiente da Baixada Fluminense).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram realizadas revisões bibliográficas com o objetivo de explicar a necessidade uma política pública de educação ambiental eficiente para a educação do campo e para o campo, buscando autores como CALDART (2004, 2010, 2012), ALENTEJANO (2015), LIPAI (2007), GUIMARÃES (2017), MIGNOLO (2004), SANTOS (2014), entre outros, para que haja uma consistência e bases sustentáveis no aporte teórico.

Foram analisadas as políticas de educação do campo através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e do currículo mínimo das escolas do Rio de Janeiro para averiguar se existe de fato uma política pública de educação ambiental que atue de maneira correta dentro da escola do campo.

Para o terceiro momento da pesquisa será reservado para os trabalhos de campo, para o reconhecimento profundo da área de localização da escola, conhecimento do funcionamento da escola, dos professores e diretores. Através do trabalho de campo a intimidade com o ambiente escolar será mais intensificado e com isso enxergar de perto os questionamentos que levanto na pesquisa. Aqui também será feita entrevistas semiestruturadas, com perguntas pré-estabelecidas, mas sempre deixando que o entrevistado possa ir mais afundo sobre o tema que estaremos discutindo, assim estará mais livre em responder tais questionamentos.

No quarto momento, será examinado o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, durante um tempo mínimo de cinco anos, para que a discussão não fique muito grande e

assim verificar se os objetivos e metas da escola estão sendo alcançados e se não estiver, tentar procurar o porquê de tal ato não se realizar.

Após todo esse levantamento de dados, entrevistas, trabalho de campo, revisão bibliográfica e entre outros, poderei juntar todas as informações e começar a trabalhá-las para escrever a monografia, pois assim todo o tema estará bem estruturado.

A Escola Municipal Vale do Tinguá se localiza no bairro do Tinguá. O bairro é contextualizado na reserva biológica do Tinguá, na parte em que fica o município de Nova Iguaçu, uma das remanescentes da Mata atlântica. A reserva biológica do Tinguá possui sua área protegida a âmbito internacional e que foi criada em 1989 justamente para que haja proteção de toda área natural.



Imagem 1: acervo pessoal.

Construção teórico-conceitual da pesquisa.

Para poder discutir e dialogar sobre educação do campo foi escolhido o texto *Educação do campo: notas para uma análise de percurso*, da Roseli Salette Caldart, incluída numa coleção de cadernos temáticos: Educação do Campo: Semiárido, agroecologia, trabalho e projeto político pedagógico. Nesse texto, Caldart traça todo um panorama da educação no campo e sua constituição. Ainda com essa mesma autora, pude analisar e compreender melhor

a educação do campo através do Dicionário da Educação do Campo que junto com outros organizadores desenvolveu toda uma relação de significados para os conceitos e diálogos que acontecem dentro de uma escola do campo.

Diversos movimentos sociais e rurais se organizaram em busca de direitos dos sujeitos populares do campo e uma dessas lutas foi à luta pelo direito à educação. A educação do campo surge com a importância de (re) existência dos movimentos para se afirmarem. Assim como diz CALDART:

A educação do Campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela (seja na discussão da educação ou de projeto de sociedade). Sim! Ela nasce da “experiência de classe” de camponeses organizados em Movimentos Sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe. Sim! A Educação do Campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes Movimentos Sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem (CALDART, 2010, p.17).

A educação do campo tem como base a pedagogia da alternância. No começo, para mim, foi um grande desafio tentar entender como essa pedagogia se aplica na realidade. A pedagogia da alternância surgiu na França por volta de 1937 por um grupo de famílias do meio rural. Essa pedagogia nada mais é do que organizar o âmbito escolar com diferentes experiências formativas nas quais integra a formação profissional e humana sem deixar que uma sobreponha a outra. As duas possuem igual importância e tempos diferentes de realização. Na pedagogia da alternância, o discente não é apenas um depósito de conhecimentos, mas sim sujeito ativo e protagonista de vivências e aprendizagens. Marcélia Amorim Cardoso Pinho, em seu texto intitulado “Pedagogia da alternância e formação sobre educação do campo em Nova Iguaçu: relato de uma experiência” (s/d, p. 5) diz que:

A Pedagogia da Alternância é criada com o objetivo de que em tempos e espaços alternados o jovem tenha condições e acesso a escolarização e ao conhecimento e valores familiares e comunitários. Ao alternar períodos na escola e períodos em seu meio de vivência, o jovem pode construir seus conhecimentos no diálogo entre o saber cotidiano, fomentado na prática e no trabalho que é passado de gerações e gerações e o saber escolarizado que possibilita a apropriação do conhecimento historicamente construído e o acesso as técnicas cientificamente comprovadas.

Importante esclarecer que a Pedagogia da Alternância chega ao Brasil no Espírito Santo nos anos de 1960, através do trabalho de padres católicos com sujeitos em áreas rurais, com o objetivo primordial de atuar sobre os interesses do homem do campo. Para TEIXEIRA:

A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Silva, 2005; Begnami, 2006) (TEIXEIRA *et al.* p. 229).

As políticas públicas para a educação do campo que será discutida na pesquisa terá como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 na qual foi aberto o espaço para o reconhecimento das diversidades existentes no campo e que reconhece suas diferenças como o Art 28 que diz que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural

Para CALDART:

A educação somente se universaliza quando se torna um sistema, necessariamente público. Não pode ser apenas soma de projetos e programas. Por isso nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizar o acesso de todo o povo do campo à educação. Não se trata, então, de ficar em um debate meramente corporativo, e igualmente setorial. A Educação do Campo precisa ser inserida no debate geral sobre a educação nacional (CALDART, 2004, p.17).

Por fim, será abordada a Educação Ambiental por conter tamanho entrosamento e complemento com a educação do campo. A educação ambiental não se constitui apenas numa necessidade das escolas do campo, mas sim numa obrigação de todas as escolas. Para LIPAI educação ambiental é:

A definição da educação ambiental é dada no artigo 1º da lei nº 9795/99 como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sustentabilidade”. Mesmo apresentando um enfoque conservacionista, essa definição coloca o ser humano como responsável *individual* e *coletivamente* pela sustentabilidade, ou seja, se fala da ação individual na esfera privada e de ação coletiva na esfera pública (LIPAI *et al.*, 2007, p.26).

Considerações não finais.

Por ser um trabalho ainda em construção e que precisa de mais tempo para ser finalizado, não tem concluí-lo com total certeza. Mas hipóteses podem ser levantadas como falar como surge esse novo paradigma da educação enquanto conceito e função social. Entender como a pedagógica da alternância se colocou um dia dentro da Vale do Tinguá e como ela se descaracterizou lá dentro.

A busca pela história oral também será realizada para salientar sempre a importância da história local vivenciada pelos moradores mais antigos. E por fim, observar a evolução ou não do Projeto Político Pedagógico da escola querendo entender como funciona a escola e suas ações políticas juntamente com o plano de ação da escola.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo. A formação do professor de geografia e a educação do campo no Rio de Janeiro. In: SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; ANTUNES, Charles da França; SANTANA FILHO, Manuel Martins de (Org.). **Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 295-315.

BIBLIOTECA Virtual do Meio Ambiente da Baixada Fluminense. Disponível em: <http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/rebio_tingua.htm>. Acesso em: 11 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para análise de percurso. In: COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista -. PE Secretaria Municipal de Educação. **Educação do Campo: Semiárido, Agroecologia, Trabalho e Projeto Político Pedagógico**. PE: Gráfica Progresso, 2010. p. 15-39.

CALDART, Roseli Salete. ELEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. In: MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Por uma educação do campo contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 10-31. v. 5.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 259.

GUIMARÃES, Mauro. **Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual**. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2767/2898>>. Acesso em: 13 maio 2017.

LIPAI, Eneida Maekawa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; PEDRO, Viviane Vazzi. Educação ambiental na escola: ta na lei... In: MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. **Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. p. 23-32.

LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **Quinhentos anos de Educação no Brasil**. 2ª Ed, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento Prudente Para uma Vida Decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

PEREIRA, Carolina de Freitas. Racismo, espaço e colonialidade do poder, do saber e do ser: diálogos, trajetórias e horizontes de transformação. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e Giro Descolonial Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 131-142.

PINHO, Marcélia Amorim Cardoso. **Pedagogia da alternância e formação sobre educação do campo em Nova Iguaçu: relato de uma experiência**. Disponível em: <http://perseu.unig2001.com.br/cadernosdafael/vol1_num3/ARTIGO%20MARCLIA%20CADERNOS%203.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CASTRO, Amanda Neres de. Pedagogia da alternância e historia da educação do campo no Brasil. In: PERRUSO, Marco Antonio; LOBO, Roberta (Org.). **Educação do campo, movimentos sociais e diversidade a diversidade da UFRRJ**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora F&F, 2014. p. 125-142.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. **Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu**. [S.l.: s.n.]. p. 12003. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/676_924.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. **Estudos sobre Pedagogia da Alternancia no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa***. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2008. p. 227-242. v. 34.

TRINDADE, Glademir Alves; VENDRAMINI, Célia Regina. **A relação trabalho e educação na pedagogia da alternância**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/44/art03_44.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.